

31 de Dezembro de 2022

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

Demonstrações Financeiras



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro – Seguro Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

- **Prêmios retidos**

Os prêmios retidos da Operadora totalizaram em 2022 R\$ 3.158,7 milhões, com aumento de R\$ 1.027,6 milhões ou 48,2% em relação ao ano anterior.

- **Despesas administrativas**

Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 7,5% com redução de 17,7 ponto percentual em relação ao ano anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou em 2022 R\$ 63,5 milhões, com aumento de R\$ 16,6 milhões, ou 35,5% em relação ao ano de 2021. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 99,0%, aumento de 1,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento de 4,0 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 97,0%, com aumento de 1,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior, também justificado pelo aumento da sinistralidade.

- **Lucro líquido e por ação**

O lucro líquido totalizou em 2022 R\$ 88,2 milhões, registrando redução de R\$ 17,5 milhões ou -16,5% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 5,26 em 2022 comparado com R\$ 6,30 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário compreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em

grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

DIRETORIA

Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Jurídica e Riscos
Carla Maria Mita Nogueira Schymura	Diretora de Produto
Carlos Eduardo Naegeli Gondim	Diretor sem denominação especial
Carolina Helena Zwarg	Diretora de Pessoas e Sustentabilidade
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos
Eva Vazquez Montenegro Miguel	Diretora de Produção
Fábio Ohara Morita	Diretor sem denominação especial
Hamilton Aparecido Cardomingo	Diretor de Operações
Jaime Soares Batista	Diretor sem denominação especial
José Rivaldo Leite da Silva	Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing
Lene Araújo de Lima	Diretor Vice-Presidente – Corporativo e Institucional
Luiz Felipe Milagres Guimarães	Diretor de Atendimento
Marcelo Sebastião da Silva	Diretor sem denominação especial
Marcelo Zorzo	Diretor de Produto - Saúde
Marcos Roberto Loução	Diretor Vice-Presidente
Marcos Rogério Sirelli	Diretor de Tecnologia da Informação
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria
Roberto de Souza Santos	Diretor Presidente
Sami Foguel	CEO - Saúde
Daniele Gomes Yoshida	Contadora - CRC SP 255783/O-1

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		729.703	459.343
Disponível		153	14.400
Realizável		729.550	444.943
Aplicações financeiras	7.2	462.207	275.350
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		361.665	275.350
Aplicações livres		100.542	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		36.654	30.277
Prêmios a receber	8.1	33.250	26.811
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.2	3.404	3.466
Despesas diferidas	9	146.430	85.576
Créditos tributários e previdenciários	11.1	4.170	3.908
Bens e títulos a receber	10	78.195	49.641
Despesas antecipadas		1.894	191
Não circulante		1.166.736	888.466
Realizável a longo prazo		674.823	686.639
Aplicações financeiras	7.2	200.413	276.608
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		200.413	276.608
Créditos tributários e previdenciários	11.1	120.061	113.647
Depósitos judiciais e fiscais	12	204.088	195.109
Outros créditos a receber a longo prazo		216	94
Despesas diferidas	9	150.045	101.181
Imobilizado	13	447.922	177.106
Imóveis de uso próprio		447.589	177.106
Veículos		333	-
Intangível	14	43.991	24.721
Total do ativo		1.896.439	1.347.809

Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		668.253	528.528
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	583.501	458.679
Provisão de prêmio não ganho – PPNG		109.104	76.845
Provisão para remissão		3.494	3.471
Provisão de eventos a liquidar ao SUS		1.690	2.290
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		209.086	158.443
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		260.127	217.630
Débitos de operações de assistência à saúde		14.680	13.954
Prêmios a restituir		65	39
Receita antecipada de prêmios		6.748	5.007
Comercialização sobre operações		7.867	8.908
Provisão para IR e CSLL		14.190	9.962
Tributos e encargos sociais a recolher		11.153	8.400
Débitos diversos	16	44.729	37.533
Não circulante		226.473	212.816
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	5.163	7.412
Provisão para remissão		5.123	5.635
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		40	1.777
Provisões		216.140	201.210
Provisões para tributos diferidos	11.2.3	9.435	7.060
Provisões para ações judiciais	17.1	206.705	194.150
Débitos diversos	16	5.170	4.194
Patrimônio líquido		1.001.713	606.465
Capital social	18 a	935.770	485.333
Reservas de lucros	18 b	65.794	131.370
Ajustes de avaliação patrimonial		149	(10.238)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.896.439	1.347.809

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		3.131.864	2.109.455
Receitas com operações de assistência à saúde		3.158.775	2.131.174
Prêmios retidos	19	3.158.286	2.132.978
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		489	(1.804)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(26.911)	(21.719)
Sinistros retidos		(2.560.462)	(1.658.990)
Sinistros conhecidos ou avisados	20	(2.515.176)	(1.686.855)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(45.286)	27.865
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		571.402	450.465
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(30.441)	(24.261)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(32.995)	(33.082)
Provisão para perdas sobre créditos		404	18.810
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde		2.150	(9.989)
Resultado bruto		540.961	426.204
Despesas de comercialização		(274.986)	(179.550)
Despesas administrativas	21	(235.595)	(192.818)
Resultado financeiro líquido	22	63.502	46.862
Receitas financeiras		93.233	52.649
Despesas financeiras		(29.731)	(5.787)
Resultado patrimonial		86.775	8.915
Receitas patrimoniais		86.775	8.915
Resultado antes dos impostos e participações		180.657	109.613
Imposto de renda	10.4	(48.360)	(16.334)
Contribuição social	10.4	(29.977)	(11.538)
Impostos diferidos	10.4	5.250	36.977
Participações no resultado		(19.347)	(13.001)
Lucro líquido do exercício		88.223	105.717
Quantidade de ações		16.782	16.782
Lucro líquido por ação - R\$		5,26	6,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	88.223	105.717
Outros resultados abrangentes	(10.387)	(10.815)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(17.007)	(17.987)
Efeitos tributários	6.803	7.195
Ajustes de avaliação patrimonial	(305)	(38)
Efeitos tributários	122	15
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	77.836	94.902

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		394.333	80.579	577	-	475.489
Pagamento de dividendos - exercício anterior		-	(30.000)	-	-	(30.000)
Aumento de capital - AGE de 30 de julho de 2021		36.000	-	-	-	36.000
Aumento de capital - AGE de 27 de agosto de 2021		55.000	-	-	-	55.000
Reconhecimento pagamento em ações		-	182	-	-	182
Outros resultados abrangentes		-	-	(10.815)	-	(10.815)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	105.717	105.717
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal		-	5.286	-	(5.286)	-
Reserva estatutária		-	75.323	-	(75.323)	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,72 por ação)		-	-	-	(12.094)	(12.094)
Dividendos a distribuir (R\$ 0,78 por ação)		-	-	-	(13.014)	(13.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		485.333	131.370	(10.238)	-	606.465
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16 c	-	(95.198)	-	-	(95.198)
Aumento de capital - AGE de 30 de março de 2022	16 a	13.000	-	-	-	13.000
Aumento de capital - AGE de 30 de maio de 2022	16 a	38.000	-	-	-	38.000
Aumento de capital - AGE de 19 de agosto de 2022	16 a	45.500	-	-	-	45.500
Aumento de capital - AGE de 20 de setembro de 2022	16 a	62.603	-	-	-	62.603
Aumento de capital - AGE de 11 de novembro de 2022	16 a	291.334	-	-	-	291.334
Reconhecimento pagamento em ações		-	6.201	-	-	6.201
Outros resultados abrangentes		-	-	10.387	-	10.387
Lucro líquido do exercício		-	-	-	88.223	88.223
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	-	4.411	-	(4.411)	-
Reserva estatutária	16 b	-	19.010	-	(19.010)	-
Dividendos intermediários (R\$ 3,86 por ação)	16 c	-	-	-	(64.802)	(64.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		935.770	65.794	149	-	1.001.713

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	3.248.144	2.362.231
(+) Resgate de aplicações financeiras	2.060.972	1.247.400
(+) Outros recebimentos operacionais	216.182	34.129
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(2.481.807)	(1.737.958)
(-) Pagamento de comissões	(375.438)	(269.024)
(-) Pagamento de pessoal	(67.728)	(56.968)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(36.996)	(37.926)
(-) Pagamento de tributos	(204.836)	(99.985)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(77)	(619)
(-) Aplicações financeiras	(2.003.502)	(1.251.616)
(-) Outros pagamentos operacionais	(291.334)	(128.729)
Caixa líquido das atividades operacionais	63.580	60.935
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamentos relativos ao ativo diferido	(1.313)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.313)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(173.014)	(42.094)
(-) Pagamentos de participação no resultado	-	(12.094)
(+) Integralização de capital em dinheiro	96.500	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(76.514)	(54.188)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(14.247)	6.747
Caixa - saldo inicial	14.400	7.653
Caixa - saldo final	153	14.400
Ativos livres no início do exercício	14.400	7.853
Ativos livres no final do exercício	153	14.400
Aumento/(redução) nos ativos livres	(14.247)	6.547

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Companhia” ou “Operadora”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário (“Fundo”) como compradora.

O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 13 imóveis da Companhia ao valor de R\$ 116.062, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 1 imóvel ao valor de R\$ 11.891. O ganho patrimonial relativo a essa operação representa o montante de R\$ 65.119 (R\$ 34.626 líquidos de efeitos tributários) reconhecido na rubrica de resultado patrimonial na demonstração do resultado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/18 e alterações. A ANS não aprovou o CPC 11 - Contratos de Seguros.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela ANS e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de “hedge”.

O CPC 50 – Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Títulos para negociação” e “Títulos disponíveis para venda” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”.

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.5 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Companhia emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs), descritas resumidamente a seguir:

- (a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
- (b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.
- (c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.
- (d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da

ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

- (e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas de referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Esse teste é elaborado para a modalidade coletiva empresarial, a única vigente, segregando entre os segmentos de assistência média e odontológica.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de Junho/2022.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 87,7%.

Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.

Informamos que os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de

resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos

métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

- (a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2022, 98,8% (98,2% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AA”. Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impaired”).

- (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia,

assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Operadora possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de “stress”); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	229.540	-	21.965	-
Fluxo de 1 a 30 dias	12.794	23.677	125.649	105.505
Fluxo de 2 a 6 meses	4.083	1.824	12.199	338.946
Fluxo de 7 a 12 meses	743	191	8.291	14.615
Fluxo acima de 1 ano	0	-	494.015	15.465
Total	247.160	25.692	662.119	474.531

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que

estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Inflação (IPCA/IGP-M)	30,3%	51,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	52,0%	27,9%
Prefixados	16,9%	19,1%
Ações	0,3%	0,8%
Outros	0,5%	0,6%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco (“Value at Risk” - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de “stress”. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto
Índices de preços	+ 50 b.p.	(14.661)
	+ 25 b.p.	(7.558)
	+ 10 b.p.	(3.080)
	- 10 b.p.	3.080
	- 25 b.p.	7.558
	- 50 b.p.	14.661
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(2.607)
	+ 25 b.p.	(1.332)
	+ 10 b.p.	(540)
	- 10 b.p.	540
	- 25 b.p.	1.332
	- 50 b.p.	2.607
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(1.394)
	+ 25 b.p.	(1.161)
	+ 10 b.p.	(929)
	- 10 b.p.	929
	- 25 b.p.	1.161
	- 50 b.p.	1.394
Ações	± 34%	(2.218)
	± 17%	(1.109)
	± 9%	(554)

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto

sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(21.233)	(15.899)
Sinistros - aumento de 50,0%	(29.860)	(20.434)

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem o social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na

sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Patrimônio líquido	1.001.713	606.465
Despesas diferidas	(296.475)	(186.757)
Intangível	(43.991)	(24.721)
Despesas antecipadas	(1.894)	(191)
Patrimônio líquido ajustado	<u>659.353</u>	<u>394.796</u>
Capital Regulatório	474.397	-
Margem de solvência	-	352.815
Suficiência de capital (*)	<u>184.956</u>	<u>41.981</u>

(*) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

7.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	<u>Dezembro de 2022</u>			<u>Dezembro de 2021</u>		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Fundos exclusivos						
LFTs	344.338	-	344.338	158.201	-	158.201
NTNs-B	27.263	-	27.263	107.069	-	107.069
Ações de companhias abertas	2.070	-	2.070	4.451	-	4.451
Letras financeiras - privadas	-	1.167	1.167	-	1.304	1.304
Outros	-	4.214	4.214	-	4.325	4.325
Total - circulante	<u>373.671</u>	<u>5.381</u>	<u>379.052</u>	<u>269.721</u>	<u>5.629</u>	<u>275.350</u>
Aplicações financeiras em garantia			278.510			275.350
Aplicações financeiras livres			100.542			-

7.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 1</u>
Carteira própria		
NTN-B	-	257.200
Total - não circulante	<u>-</u>	<u>257.200</u>
Aplicações financeiras em garantia	-	257.200

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$274 206.

7.1.3 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 1</u>
Carteira própria		
NTN-B	283.568	19.408
Total	<u>283.568</u>	<u>19.408</u>
Circulante	83.155	-
Não circulante	200.413	19.408

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$283.568 (R\$ 18.291 em 31 de dezembro de 2021).

7.1.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devido sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTNs-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo circulante (*)	728.337	716.543
Passivo circulante	671.983	528.528
Índice de liquidez corrente	<u>1,08</u>	<u>1,36</u>

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	551.958	512.911
Aplicações	1.982.993	1.247.400
Resgates	(1.913.836)	(1.233.629)
Rendimentos	58.512	43.263
Ajuste a valor de mercado	(17.007)	(17.987)
Saldo final	662.620	551.958

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

8.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	18.046	15.342
Vencidos de 1 a 30 dias	12.553	8.800
Vencidos de 31 a 60 dias	1.851	1.715
Vencidos de 61 a 120 dias	1.001	1.638
Vencidos a mais de 120 dias	1.975	2.124
Total	35.425	29.619
Provisão para perdas sobre créditos	(2.175)	(2.808)
Total	33.250	26.811

8.2 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se principalmente a valores a receber da co-participação dos beneficiários e aportes de valores excedentes de sinistralidades. Contempla também os valores dos reajustes aplicados no último trimestre de 2022, líquidos das provisões para perdas.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Coparticipação e aportes a receber	2.975	3.018
Outros	429	448
Total	3.404	3.466

9. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Saldo inicial	186.757	78.229
Constituições	371.123	265.669
Apropriações para despesa	(261.405)	(157.141)
Saldo final	<u>296.475</u>	<u>186.757</u>
Circulante	146.430	85.576
Não circulante	150.045	101.181

O prazo médio de amortização é de 34 meses, sendo o mesmo prazo de 2021.

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Adiantamentos para despesas e outros créditos (i)	53.693	30.164
Contas a receber - Fundação Itaú	22.440	16.341
Transações com partes relacionadas (ii)	2.062	3.136
Total	<u>78.195</u>	<u>49.641</u>

(i) Deve-se principalmente a adiantamentos realizados para serviços de tecnologia e inovação sistêmica.

(ii) Vide nota explicativa nº 23.

11. TRIBUTOS

11.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	120.061	113.647
Impostos sobre serviços	2.090	2.090
Imposto de renda	144	522
Contribuição social	53	161
Outros	1.883	1.135
Total	<u>124.231</u>	<u>117.555</u>
Circulante	4.170	3.908
Não circulante	120.061	113.647

(i) Vide nota explicativa nº 11.2.

11.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.2.1 ATIVO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Dezembro de 2022</u>
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	77.558	4.256	(146)	81.668
PIS e COFINS s/ sinistros a liquidar e IBNR	17.135	7.108	(1.389)	22.854
Provisão para riscos sobre créditos	6.443	2.432	(4.107)	4.768
Participação nos lucros	892	8.758	(4.746)	4.904
Outras	11.619	1.296	(7.048)	5.867
Total	<u>113.647</u>	<u>23.850</u>	<u>(17.436)</u>	<u>120.061</u>

11.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Valor</u>
2023	79.076
2024	37.964
2025	2.138
2026	204
2027	153
Após 2027	526
Total	<u>120.061</u>

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

11.2.3 PASSIVO

Natureza	<u>Dezembro</u>	Constituição	Reversão	<u>Dezembro</u>
	de 2021			de 2022
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	(6.854)	(3.253)	965	(9.142)
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão (i)	(206)	(87)	-	(293)
	<u>(7.060)</u>	<u>(3.340)</u>	<u>965</u>	<u>(9.435)</u>

11.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	180.657	109.613
(-) Participações nos resultados	<u>(19.347)</u>	<u>(13.001)</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	161.310	96.612
Alíquota vigente (i)	<u>40%</u>	<u>40%</u>
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	<u>(64.524)</u>	<u>(38.645)</u>
Incentivos fiscais	1.232	644
Inovação tecnológica (iii)	925	2.785
Indébitos tributários (ii)	-	46.837
Outros	<u>(10.720)</u>	<u>(2.516)</u>
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	<u>(8.563)</u>	<u>47.750</u>
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	<u>(73.087)</u>	<u>9.105</u>
Taxa efetiva (D/A)	<u>45,3%</u>	<u>-9,4%</u>

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

(ii) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais.

(iii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
COFINS (*)	176.186	167.070
PIS (*)	25.462	24.185
Sinistros	181	1.801
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	971	881
Outros	1.288	1.172
Total	<u>204.088</u>	<u>195.109</u>

(*) Vide nota explicativa nº 17(a).

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2021			Dezembro de 2022		
		Depreciação			Depreciação		
		Custo	acumulada	Valor Líquido	Custo	acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2%	145.229	(10.499)	134.730	394.970	(9.091)	385.879
Terrenos	-	42.376	-	42.376	61.710		61.710
Veículos	10%				370	(37)	333
		187.605	(10.499)	177.106	457.050	(9.128)	447.922

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

13.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Movimentações					Saldo líquido em dezembro de 2022
	Saldo líquido em dezembro de 2021	Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros / transferência	
Edificações (*)	134.730	-	(52.600)	(3.353)	307.102	385.879
Terrenos	42.376	-	(27.500)	-	46.834	61.710
Veículos	-	370		(37)		333
	177.106	370	(80.100)	(3.390)	353.936	447.922

(*) Referem-se aos bens da primeira tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.1.

14. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2021			Dezembro de 2022		
		Amortização			Amortização		
		Custo	acumulada	Valor líquido	Custo	acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	62.146	(37.425)	24.721	85.845	(41.854)	43.991
		62.146	(37.425)	24.721	85.845	(41.854)	43.991

14.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações			Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	
	Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferên- cias		
"Software"	24.721	23.699	(4.429)	-	43.991
24.721	23.699	(4.429)	-	43.991	

15. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas apresentaram a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	466.091	399.875
Constituições decorrentes de prêmios	3.215.182	2.131.742
Amortização pela vigência decorrida	(3.158.286)	(2.222.535)
Aviso de eventos/sinistros	2.599.780	1.780.103
Pagamento de eventos/sinistros	(2.533.613)	(1.624.899)
Outras (constituição/reversão)	(490)	1.805
Total	588.664	466.091
Circulante	583.501	458.679
Não circulante	5.163	7.412

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 3.6).

16. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Débitos a pagar	20.768	14.308
Transações com partes relacionadas (*)	10.076	11.025
Participação nos lucros a pagar	12.091	10.935
Encargos trabalhistas	6.898	5.459
Outros	66	-
Total	<u>49.899</u>	<u>41.727</u>
Circulante	44.729	37.533
Não circulante	5.170	4.194

(*) Vide nota explicativa nº 23.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Fiscais (a)	198.901	188.678
Cíveis	7.167	4.869
Trabalhistas	637	603
Total	<u>206.705</u>	<u>194.150</u>

(a) PROVISÕES PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
COFINS (i)	172.468	163.611
PIS (ii)	25.462	24.185
Outras provisões	971	882
Total	<u>198.901</u>	<u>188.678</u>

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nesta ação, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

Na ação da Companhia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal – REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 15.083 (R\$ 10.593 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 10.595 (R\$ 7.771 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 2.080 (R\$ 1.497 de possível impacto no lucro líquido).

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	188.678	603	4.869	194.150
Constituições	1.412	187	3.118	4.717
Encerramentos êxito/reversões	(491)	(202)	(688)	(1.381)
Pagamentos	-	(10)	(827)	(837)
Atualização monetária	9.302	59	695	10.056
Saldo em 31 de dezembro de 2022	198.901	637	7.167	206.705
Quantidade de processos	8	13	403	424

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	3.453	2.168
Trabalhistas	85	69
Total	3.538	2.237

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social era de R\$ 935.700, representado por 27.920.499 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$ 485.333, representado por 16.782.336 unidades ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021).

As AGEs realizadas em 30 de março, 30 de maio, 19 de agosto, 20 de setembro e 11 de novembro de 2022, deliberaram aumento de capital social nos montantes de R\$ 13.000, R\$ 38.000, R\$ 45.500, R\$ 62.603 e R\$ 291.334, respectivamente, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 40.401 (R\$ 35.991 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R\$ 19.009 (R\$ 95.198 em 31 de dezembro de 2021).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 29 de novembro de 2022 a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 150.000, sendo, R\$ 95.198 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e R\$ 54.802 à conta de dividendos antecipados do exercício.

Em 28 de dezembro de 2022 a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 à conta de dividendos antecipados do exercício.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Lucro líquido	88.223	105.717
(-) Reserva legal - 5%	(4.411)	(5.286)
Lucro básico para determinação do dividendo	<u>83.812</u>	<u>100.431</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>20.953</u>	<u>25.108</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	20.953	13.014
Dividendos intermediários	43.850	12.094
Total de dividendos	<u>64.803</u>	<u>25.108</u>
Total por ação (R\$)	2,32	1,50

19. PRÊMIOS RETIDOS

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Saúde	3.005.120	2.072.741
Odonto	153.166	149.794
Corresponsabilidade cedida	-	(89.557)
Total	<u>3.158.286</u>	<u>2.132.978</u>

19.1 CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA - PRÊMIOS

	<u>Corresponsabilidade cedida em preço pós estabelecido</u>	
	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Planos coletivos empresariais depois da Lei (*)	-	(89.557)

(*) Valores relacionados a corresponsabilidade assumida por outras operadoras (prestadora), que disponibilizaram aos nossos beneficiários acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede de serviços de assistência à saúde. Após a Resolução Normativa nº 430/17, essa operação passou a ser contabilizada de forma redutora, na rubrica de prêmios retidos e as liquidações desse passivo acontece em até 5 dias.

20. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos / demais despesas	Procedimentos odontológicos	Total
Rede contratada	(138.493)	(178.434)	(60.684)	(1.013.036)	(676.580)	(72.236)	(2.139.463)
Reembolso	(120.743)	(73.392)	(8.534)	(76.936)	(95.577)	(531)	(375.713)
Total em 31 de dezembro de 2022	(259.236)	(251.826)	(69.218)	(1.089.972)	(772.157)	(72.767)	(2.515.176)
Total em 31 de dezembro de 2021	(150.489)	(120.075)	(50.678)	(816.553)	(477.700)	(71.360)	(1.686.855)

20.1 CORRESPONSABILIDADE CEDIDA - SINISTROS

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	2.436.908	1.544.964
Cobertura assistencial com preço preestabelecido	5.506	70.625
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	71.136	69.554
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto)	1.626	1.712
Total	2.515.176	1.686.855

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pessoal	(96.571)	(71.028)
Despesas compartilhadas (*)	(73.209)	(68.657)
Serviços de terceiros	(48.604)	(40.309)
Localização e funcionamento	(13.975)	(10.536)
Publicidade	(369)	(879)
Outros	(2.867)	(1.409)
Total	(235.595)	(192.818)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto Seguro.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	73.415	14.673
Variações monetárias dos depósitos judiciais	10.654	3.672
Juros de títulos disponíveis para a venda	948	29.134
Outras	8.216	5.170
Total de receitas financeiras	<u>93.233</u>	<u>52.649</u>
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(15.069)	-
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(10.274)	(3.360)
Desvalorização de juros de títulos para	(782)	(544)
Outras	(3.606)	(1.883)
Total de despesas financeiras	<u>(29.731)</u>	<u>(5.787)</u>
Resultado financeiro	<u>63.502</u>	<u>46.862</u>

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Prestação de serviços de seguro-saúde para as empresas do grupo Porto Seguro;
- (ii) Despesas administrativas repassadas por sua controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (iii) Prestação de serviços de assistência médica e utilização de rede hospitalar contratados da ligada Serviços Médicos; e
- (iv) Conta corrente de pagamentos de sinistros com a ligada Portomed.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Ativo		
Serviços Médicos	1.800	1.891
Portomed	79	1.017
Porto Seguro Saúde Ocupacional	183	200
Outros	-	28
Total	<u>2.062</u>	<u>3.136</u>
Passivo		
Porto Cia	8.467	10.694
Portomed	-	331
Total	<u>8.467</u>	<u>11.025</u>

	<u>Receitas</u>		<u>Despesas</u>	
	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Porto Cia	115.444	107.630	(132.708)	(107.947)
Porto Renova	-	411	-	-
Porto Renova Nova	430	-	-	-
Porto Consórcio	7.322	5.370	-	-
Porto Vida	700	578	-	-
Serviços Médicos	19.367	22.024	-	-
Portopar	415	409	-	-
Porto Seguro S.A.	-	-	(4.758)	-
Proteção e Monitoramento	153	126	-	-
Portomed	2.570	11.026	-	-
Porto Investimentos	1.046	845	(834)	(663)
Azul Seguros	2.072	1.828	-	-
Porto Capitalização	12	6	-	-
Portoseg	3.261	2.139	-	-
Crediporto	534	512	-	-
Locadora de Veículos	1.437	926	-	-
Porto Seguro Serviços e Comércio	846	461	(33)	-
Porto Atendimento	23.350	24.190	(11.066)	(15.846)
Health for Pet	-	271	-	-
Porto Assistência	220	-	-	-
Itaú Auto e Residência	574	307	-	-
Bioqualynet	2.620	2.848	(598)	(739)
Total	<u>182.373</u>	<u>181.906</u>	<u>(149.997)</u>	<u>(125.195)</u>

24. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

* * *